

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletim Informativo

Boletim Informativo
N.º 7/2015/2016

REUNIÃO:
ORDINÁRIA DE
23/03/2016

MARÇO DE 2016

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vogais

- Membros eleitos pela Assembleia Nacional, Drs. Albino Silva Moreira, Raquel Odete Fortes, e Eng.º Mário Gomes Fernandes;
- Membro designado pelo Governo, Eng.º António Pedro Barbosa Borges;
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. António Pedro Lopes Borges, a exercer mandato como Vice-Presidente do CSMP, e Manuel António Livramento da Lomba;

Secretário

- Secretariou a sessão o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Senhor José Luís Varela Marques, Secretário Judicial.

SUMÁRIO:

1. *Aprovação da agenda;*
2. *Discussão e aprovação da Acta n.º 06/2015-2016*
3. *Nomeação de Procuradores Assistentes*
4. *Apreciação e análise do relatório estatístico semestral;*
5. *Análise da proposta de deliberação do Processo Disciplinar n.º 5/2015;*
6. *Apreciação da Lista de Antiguidade dos Oficiais de Justiça;*
7. *Apreciação do Relatório de visitas da Delegação do CSMP às Comarcas de São Vicente e Santo António;*
8. *Apreciação e aprovação do regulamento da Biblioteca da PGR;*
9. *Constituição da Comissão Eleitoral;*

10. Distribuição dos Processos Disciplinares n.ºs. 01 e 02/2016, e Processo de Inquérito n.º. 05/2015;

11. Matérias para conhecimento (3 docs.);

12. Documentos para ratificação (4 docs.).

1. APROVAÇÃO DA AGENDA

A agenda foi aprovada por unanimidade.

2. ACTAS

O Conselho procedeu à aprovação da Acta n.º. 06 da reunião em Plenário do dia 26 de Fevereiro de 2016.

3. NOMEAÇÃO DE PROCURADORES ASSISTENTES

O Conselho deliberou nomear para exercerem, provisoriamente, o cargo de Procurador da República Assistente, em regime de estágio em exercício de funções, 8 Licenciados em Direito aprovados em concurso público de ingresso na Magistratura do Ministério Público.

4. APRECIÇÃO E ANÁLISE DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO SEMESTRAL

O Conselho analisou os dados relativos à movimentação processual, durante o primeiro semestre do ano judicial em curso, e constatou que:

Analisado o relatório estatístico do primeiro semestre elaborado pelo SATA com base nos relatórios mensais das Procuradorias da República e abrangendo todas as jurisdições de intervenção do Ministério Público, criminal, cível, laboral, família e menores e fiscal e aduaneiro, em conformidade com a Circular n.º 1/2014, o Conselho Superior do Ministério Público, no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. a), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), delibera:

- Estabelecer um prazo de 30 dias para cumprimento das Cartas e Ofícios Precatórios, devendo essas diligências serem realizadas prioritariamente pelos magistrados, e o magistrado remetente identificar de forma mais completa possível os intervenientes e os actos a serem realizados.
- Reconhecer o trabalho realizado e o empenho de todos os magistrados, instando todas as Procuradorias da República e Magistrados a preservarem o empenho de modo a serem alcançadas melhores índices possíveis de produtividade individual e colectivo até o final do ano judicial.

- Solicitar a remessa dos dados estatísticos nos prazos estabelecidos.
- Instar as Procuradorias da República para darem uma maior atenção à Jurisdição de Menores e Família, sem prejuízo da prioridade ao exercício da acção penal, face ao volume de demanda e pendências.
- Recomendar às Procuradorias da República para identificarem os constrangimentos que tem impossibilitado a tramitação dos Inquéritos Tutelares Sócio-educativos, solicitando caso se revelar necessário, intervenção da PGR, de modo que esses processos possam ser tramitados.

5. ANÁLISE DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO PROCESSOS DISCIPLINAR Nº. 5/2015

Após análise e apreciação do Projecto de Deliberação, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou sufragá-lo, e, em consequência, aplicar aos dois Oficiais de Justiça, Escrivão de Direito e Oficial de Diligências, as penas de suspensão por (21) vinte e um dias com perda de retribuição ao abrigo das disposições combinadas e previstas nos artigos 26º n.º 1 e 16º n.º 4, al. a), do EDAAP, e (30) trinta dias com perda de retribuição ao abrigo das disposições combinadas e previstas nos artigos 26º n.º 1 e 16º n.º 4, al. a), do EDAAP, e 374º, al. c) do CL, respectivamente.

6. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA LISTA DE ANTIGUIDADE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA COM REFERÊNCIA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Após análise e discussão, o Conselho deliberou aprovar por unanimidade a Lista de Antiguidade e ordenar a sua publicação no Boletim Oficial.

7. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE VISITAS DA DELEGAÇÃO DO CSMP ÀS COMARCAS DE SÃO VICENTE E SANTO ANTÃO

Após apreciação e discussão dos relatórios, o Conselho deliberou:

I

Solicitar a Sua Excelência o Ministro da Justiça:

Reparação urgente dos problemas identificados no edifício onde se encontra instalada a Procuradoria da República da Comarca da Ribeira Grande e que tem provocado inundações na época das chuvas;

Afectação de veículo para as quatro Procuradorias da República visitadas, dado que essa inexistência impede o cumprimento atempado de todo o serviço externo das Procuradorias, contribuindo para morosidade;

Fornecimento de aparelho de gravação de audiências e de videoconferências para os Tribunais de Paúl, Porto Novo e Ribeira Grande;

Necessidade de ligação dos Tribunais e Procuradorias à rede do Estado de forma a retirarem vantagem do Sistema de Informação da Justiça e melhorar a capacidade de resposta institucional.

II

Recomendar ao Senhor Presidente:

Diligenciar junto da Ordem dos Advogados a resolução do problema de falta de advogados residentes na Comarca do Paúl;

Preocupação com mais meios humanos nos NIC da Policia Nacional e em especial a falta de capacidade de resposta da Polícia Nacional da Ribeira Grande de Santo Antão;

Reunir com a presidente do ICCA para resolver o problema dos atrasos no envio dos relatórios;

Ver a possibilidade da PN poder realizar testes rápido de estupefacientes, com o fornecimento de kits de testes rápido e formação dos utilizadores;

Resolução do problema de falta de resposta do Hospital Baptista de Sousa aos pedidos de relatórios médicos, principalmente das vítimas evacuadas de Santo Antão.

III

Recomendar ao Senhor Vice-Presidente:

Reparação do veículo da Procuradoria da República da Comarca de Porto Novo;

Colocação de equipamento ar condicionado e telefone nas secretarias das Procuradorias da República das Comarcas do Paúl, Ribeira Grande e Porto Novo;

Fornecimento de Arquivo, acumuladores de corrente, scanners, e computadores, de preferência portáteis, para a Procuradoria da República da Comarcas da Ribeira Grande;

Aquisição de máquinas fotocopadoras para as Procuradorias da República das Comarcas do Porto Novo, Paúl, e Ribeira Grande.

8. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA DA PGR

Apreciada a versão final do Regulamento da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, o Conselho deliberou:

- Aprovar os Regulamento com as alterações introduzidas.
- Remeter ao secretariado para publicação no Boletim Oficial.

9. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DE MAGISTRADOS PARA MEMBROS DO CSMP

Sob proposta do Senhor Presidente foi deliberado, por unanimidade, a designação dos Senhores Procurador-Geral Adjunto, Dr. Luís José Tavares Landim e do Inspector do Ministério Público, Dr. Manuel Filipe Soares, para constituírem a Comissão Eleitoral.

10. DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES N.ºS. 01 E 02/2016, E PROCESSO DE INQUÉRITO N.º. 05/2015,

Em harmonia com a proposta do Senhor Presidente, devidamente validada pelos membros do CSMP, no início da sessão, foi realizado sorteio para distribuição futura dos processos, que ficou assim ordenado:

1. Vogal Manuel Livramento da Lomba;
2. Vogal António Pedro Barbosa Borges;
3. Vogal Raquel Odete Fortes;
4. Vogal António Pedro Lopes Borges;
5. Vogal Mário Gomes Fernandes;
6. Vogal Albino Silva Moreira;
7. Vogal Edelfride Almeida; e,
8. Vogal Daniel Alves Monteiro.

Nesta conformidade, os Processos Disciplinares n.ºs. 01 e 02/2016, e Processo de Inquérito n.º. 05/2015, foram distribuídos aos três primeiros Vogais pela ordem estabelecida.